

23/1/1985

ÀS SUAS ORDENS

O café voltou a ocupar lugar de destaque no noticiário agrícola da semana passada. O IBC desfez os negócios ditos "especiais" com a China e com o Marrocos, pondo fim às pressões, contrárias exercidas principalmente por comerciantes de Santos e, secundariamente, por algumas entidades representativas da produção. Em um mercado firme com relação aos preços, esses negócios trouxeram alguma agitação, basicamente pelo fato de terem sido divulgados. O IBC sempre trabalhou, pelo menos nos últimos anos, com operações como essas, de amplo conhecimento por parte de quem opera no mercado cafeeiro.

Tecnicamente, os operadores têm encontrado dificuldades para adaptar-se às normas que transformaram o confisco em imposto de exportação. Além de enfrentar a alta interna de preços, os exportadores não têm logrado manter as mesmas polpudas margens de lucro, dada a estabilidade do mercado externo.

Aparentemente, a lavoura estaria sendo favorecida, com as recentes elevações preços. No entanto, as últimas duas safras têm oferecido poucos cafés de primeira qualidade. Neste sentido, a alta de preços beneficia poucos produtores, não a maioria dele. Por outro lado, alguns ainda questionam permanência de um imposto de exportação sobre o produto, quando outros do setor agrícola não sofrem taxa alguma. Problema a ser respondido pelo governo. Talvez próximo se dê ao trabalho de esclarecer os meandros da política cafeeira, que poderiam, segundo algumas opiniões correntes, prescindir perfeitamente do IBC. Afinal, por que não experimentar a livre comercialização de café, a exemplo do que se faz com a soja outros produtos?

Essa tese é defendida pelos mesmos que pregam o fim do monopólio estatal na comercialização do açúcar (externa) e do trigo. Entendem eles que não há mais razões para que o controle governamental impeça a iniciativa privada de atuar nesse campo. Uma condição básica para isso seria a eliminação dos subsídios que ainda restam (no trigo, notadamente), por mais que isso fira suscetibilidades políticas (o tão decantado Nordeste, no caso do açúcar). De qualquer modo, valeria a pena o governo examinar a oportunidade de uma completa reviravolta na política de comercialização desses três produtos. Até hoje, raramente alguém conseguiu entender por que os preços do café de exportação não obedecem diretamente às cotações externas, tendo que passar por incríveis meandros de descontos, rebates, incentivos etc, que só favorecem a intermediação comercial e a permanência de cartórios.

O mesmo sucede com o açúcar, que continua a ser produzido em larga escala, apesar de um mercado externo totalmente desfavorável e da baixa absorção da cana para produção de álcool. Se é necessário pensar toda uma estrutura nova, desde a produção até a comercialização, por que não fazê-lo, em vez de sustentar uma atividade que, em certas regiões, não apresenta a viabilidade econômica e social desejada? Os acontecimentos de Guariba mostraram, mais uma vez, que a monocultura é extremamente prejudicial a qualquer região, mesmo onde ela se mostra rentável. É provável que, se não houvesse monopólio da comercialização e se as usinas tivessem que disputar mercado palmo a palmo, mesmo no Exterior, a situação da mão-de-obra seria outra, mais favorável e menos portadora de um potencial de problemas que se vêm repetindo a cada ano.